

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
5ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CRISTIANA SOARES CAMPOS**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770 de 21-11-2003
Data da instalação: 31-03-2005
Data de implantação do PJe: 19-11-2012

Jurisdição: Contagem, Ibitaré, Mário Campos e Sarzedo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 14-8-2020, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 20-5-2019

Às 14 horas do dia vinte e cinco de agosto de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 5ª Vara do Trabalho de Contagem, situada na Rua Joaquim Rocha, 13 – 6º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Cristiana Soares Campos**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Ulysses de Abreu César**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. José Virgínio Lopes Neto; e os servidores Arlington Marlon de Oliveira, Camila Assis Amorim, Ciro de Oliveira Simões, Filipe Antunes Santos, Flávia Brandão Reis, Gladiston Felipe de Oliveira, Kelly Cristina Verlim Ferreira, Leonidas Sales do Carmo, Marcelo Uchoa Penido Fonseca e Márcia Helena Amaral e os estagiários William Gonçalves da Silva e Eliana Cristina de Freitas.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 711 processos, distribuídos neste ano até o dia 17-8-2020, apurando-se a média de 6,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 563 cartas precatórias até o dia 17-8-2020, das quais 499 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 613 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 205 processos foram remetidos neste ano até o dia 17-8-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 17 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 94 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 219 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 63 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 5 processos sobrestados. Na amostragem realizada foram encontrados processos do Tema 1046 sobre a validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado Constitucionalmente.

Restou verificado que a grande maioria dos processos são casos relacionados a sobrestamento (aguardamento julgamento de outro processo, temas de repercussão geral com suspensão determinada pelo STF) que devem ser lançados como tal, uma vez existir lançamento específico para esse tipo de pendência.

Observou-se, também, que muitos processos foram encaminhados ao arquivo provisório (físicos) e precisam até maio/2020 ser convertidos em autos eletrônicos, nos moldes do artigo 2º da Resolução Conjunta GP/CR n. 112/2019.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf.

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg> as suspensões encerradas no âmbito do TRT-MG, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	170
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	679
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	14

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	4
2017	148	3
2018	93	2
2019	241	1
2020 – ano de referência	379	
TOTAL	863	1,02

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 24-8):

Data Evento	Processo
24/11/2016	0011900-08.2016.5.03.0164
20/07/2017	0010738-43.2017.5.03.0131
26/07/2017	0010002-25.2017.5.03.0131
	0010016-09.2017.5.03.0131
15/08/2017	0010405-91.2017.5.03.0131
	0010411-98.2017.5.03.0131
17/08/2017	0010142-59.2017.5.03.0131
22/08/2017	0010998-23.2017.5.03.0131
28/08/2017	0010178-04.2017.5.03.0131
	0010179-86.2017.5.03.0131
29/08/2017	0010224-90.2017.5.03.0131
30/08/2017	0010231-82.2017.5.03.0131
	0010797-31.2017.5.03.0131
31/08/2017	0010815-52.2017.5.03.0131
05/09/2017	0010286-33.2017.5.03.0131
	0010292-40.2017.5.03.0131
	0010813-82.2017.5.03.0131
06/09/2017	0010300-17.2017.5.03.0131
11/09/2017	0010818-07.2017.5.03.0131
12/09/2017	0010315-83.2017.5.03.0131

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	945

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	114

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.287

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	14

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 1.353 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 821 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 530 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- d) nenhum processo no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 17-8-2020.

No ano 2019, até o dia 17-8 havia 1.744 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.082 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 660 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 24-8):

Data Evento	Processo	Classe
17/11/2005	0272800-58.2005.5.03.0131	Execução Fiscal
26/08/2008	0137400-67.2008.5.03.0131	Execução Fiscal
19/05/2010	0081500-70.2006.5.03.0131	Ação Civil Pública
24/01/2014	0012451-92.2013.5.03.0131	Execução Fiscal
30/01/2014	0012197-22.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
26/03/2014	0010384-23.2014.5.03.0131	Execução Fiscal
03/05/2014	0010815-91.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
14/05/2014	0011771-10.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
16/05/2014	0011208-16.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
28/05/2014	0012559-24.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
06/06/2014	0010543-63.2014.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
30/06/2014	0012008-44.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
22/07/2014	0010869-23.2014.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
01/08/2014	0011204-76.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
19/08/2014	0010844-44.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
20/08/2014	0011769-06.2014.5.03.0131	Execução Fiscal
	0010040-76.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
10/09/2014	0010623-61.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
16/09/2014	0010504-66.2014.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
10/10/2014	0010015-63.2013.5.03.0131	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de agosto apurado até dia 17-8):

		2019	2020
01-JANEIRO		56	66
02-FEVEREIRO		88	157
03-MARÇO		179	99
04-ABRIL		147	32
05-MAIO		156	51
06-JUNHO		137	88
07-JULHO		267	106
08-AGOSTO		180	58
Totais		1210	657

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
		4	6	4				1	
CRISTIANA SOARES CAMPOS		62	151	94	32	48	84	76	4
FABIANA ALVES MARRA				1					
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS									9
ULYSSES DE ABREU CESAR						3	4	29	45
Totais		66	157	99	32	51	88	106	58

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 17-8-2020, existem 37 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 25-8-2020 havia 18 processos:

- a) encerramento de instrução: 1 processo;
- b) instrução: 3 processos;
- c) tentativa de conciliação na fase de execução: 14 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010215/20, 0010511/20, 0010512/20, 0010504/20, 0010513/20, 0010606/20, 0010671/20, 0010703/20, 0010707/20 e 0010708/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 17-8-2020, 7 processos físicos no total, dentre eles, o migrável é 1 processo.

Exame dos autos dos processos do PJe 0010090/20, 0010596/19, 0010650/20, 0010539/20, 0010408/20, 0010645/20, 0010593/20, 0010614/20, 0010212/20, 0011943/20, 0011560/17, 0011390/18, 0011363/17, 0010411/17, 0010520/14, 0012559/16, 0011036/18, 0011252/16, 0011912/15, 0010334/16, 0010261/20, 0011064/19, 0011379/19, 0010559/20, 0010563/20, 0010562/20, 0010572/20, 0010579/20, 0012161/15, 0011557/19, 0012172/17, 0010971/17, 0010161/20, 0010430/20, 0011585/17, 0010406/20, 0011267/18, 0011162/17, 0010947/19, 0010523/19, 0010958/19, 0011532/19, 0010202/19, 0012246/16, 0012518/16, 0011447/17, 0010454/18, 0010347/19, 0010143/16, 0011240/18, 0011363/18, 0010676/16, 0012559/16, 0010513/19, 0011160/15, 0010231/20, 0010553/20, 0011166/19, 0010083/19, 0010087/20, 0010158/20, 0011313/19, 0011217/19, 0010107/20, 0010634/20, 0010695/20, 0010520/20, 0010527/20, 0010524/20 e 0010537/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010087/20, 0010158/20, 0010261/20, 0010563/20, 0010562/20 e 0010161/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0012246/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id2e4d235 (mais de 20 dias);

- 0010454/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a266305 (mais de 20 dias);

- 0011313/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – arquivamento - Id 43f0cc0 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Fase	Tarefa do PJe
0012489-36.2015.5.03.0131	Conhecimento	Aguardando apreciação de instância superior
0010672-92.2019.5.03.0131	Conhecimento	Audiência designada para 22-2-2021
0010874-40.2017.5.03.0131	Conhecimento	Aguardando cumprimento de acordo
0011650-45.2014.5.03.0131	Liquidação	Conclusão ao magistrado em 21-8-20
0001141-94.2010.5.03.0131	Execução	Processo com sigilo
0077700-97.2007.5.03.0131	Execução	Cumprimento de providências
0010821-25.2018.5.03.0131	Conhecimento	Aguardando apreciação de instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	59	26	60
Instrução processo eletrônico	309	294	355

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	41	11	5-10-2020 - 27 dias
Procedimento Ordinário	150	10	2-10-2020 - 26 dias
Instrução	998	526	19-8-2021 - 223 dias

Processos em Pauta no PJe

Para audiências em pauta, com base nas etiquetas (Aguardando Audiência e Audiência não designada), apurou-se o seguinte quantitativo:

Processos com audiência designada	Possuem o andamento 970 - Movimento: Audiência "tipo de audiência" situação da audiência ("data, hora e local da audiência") com situação designada	324
Processos com audiência não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução	Aguardando atualização do PJe – chamado aberto junto ao TST

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 17-8-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	667	321

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	173	89

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	46	3,353
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	480	940
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	19	3,753
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	10	645

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão:

	2019	2020
01-JANEIRO	79	88
02-FEVEREIRO	147	139
03-MARÇO	162	129
04-ABRIL	163	28
05-MAIO	171	68
06-JUNHO	149	96
07-JULHO	143	110
08-AGOSTO	149	51
Totais	1163	709

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
CAMILA CESAR CORREA			18					
CRISTIANA SOARES CAMPOS	86	139	109	25	63	92	58	6
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA							1	2
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	2	
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK			2	3				
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	2							
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS								22
ULYSSES DE ABREU CESAR					5	3	49	21
Totais	88	139	129	28	68	96	110	51

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	65	0,29
Julgados procedentes em parte	416	1,83
Julgados improcedentes	142	0,63
Extintos com resolução de mérito	21	0,09
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	644	2,84
Extintos sem resolução de mérito	71	0,31
Arquivamento	231	1,02
Desistência	62	0,27
Outras decisões sem exame de mérito	30	0,13

Total sem exame de mérito	394	1,74
Decisões de conhecimento	1.038	4,57
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	334	1,47
Decisões na fase de execução	119	0,52
Total	1.491	6,6

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em julho de 2020, com 23 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	N Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	197	8,6
Conciliação em execução	9	0,39
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	18	0,78
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	9	0,39
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	215	9,3

No mês de julho de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 48 sentenças de conciliação em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de agosto apurado até dia 17-8.

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	33	20	1	7	1	3
02-FEVEREIRO	72	47	2	6		1
03-MARÇO	70	44	10	4		2
04-ABRIL	67	15	11	4	1	1
05-MAIO	68	35	7	7	2	
06-JUNHO	49	38	8	4	8	2
07-JULHO	53	49	11	9		5
08-AGOSTO	62	26	14	1	1	4
Totais	474	274	64	42	13	18

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados de agosto apurados até 17-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	123	93
02-FEVEREIRO	269	170
03-MARÇO	221	110
04-ABRIL	278	52
05-MAIO	283	162
06-JUNHO	205	181
07-JULHO	245	233
08-AGOSTO	273	80
Totais	1897	1081

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								1
CAMILA CESAR CORREA			24					
CRISTIANA SOARES CAMPOS	91	170	86	21	126	128	86	
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					2		3	6
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						4	8	
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK				31				
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	2							
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS								33
ULYSSES DE ABREU CESAR					34	49	136	40
Totais	93	170	110	52	162	181	233	80

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (dados de agosto apurados até 17-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	1151	798
02-FEVEREIRO	1147	1062
03-MARÇO	1079	1232
04-ABRIL	1189	632
05-MAIO	1420	1064
06-JUNHO	1143	859
07-JULHO	1483	863
08-AGOSTO	1362	391
Totais	9974	6901

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo: (dados de agosto apurados até 17-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	1	
02-FEVEREIRO	8	2
03-MARÇO	4	
04-ABRIL	9	1
05-MAIO	8	
06-JUNHO	3	
07-JULHO	4	3
08-AGOSTO	4	3
Totais	41	9

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. Duas vezes por mês é realizada audiência na sexta-feira. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	1.274	1.409
Média por dia útil	5,7	6,2
Processos remanescentes do ano anterior	1.543	1.089
Sentenças anuladas	11	17
Total de processos para solução	2.828	2.515
Processos solucionados	1.779	1.701
Processos conciliados	740	663
Produção	62,91%	67,63%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 10,59% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 4,72%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se

alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	270
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	709

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	709
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	717

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	363
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	618

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	945
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	717

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.287
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	575

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	717
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	575
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	945
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.287
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos	11

	<p>itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)</p>	
--	--	--

Perfil da Vara do Trabalho		Contagem - 05a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,87	1,48	1,16
	I02 - Pendentes	2.466	2.444	2.386
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	301,52	288,39	300,70
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	135,59	124,28	127,17
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.299,53	1.411,53	1.491,75
	I07 - Taxa de conciliação (%)	38,68	35,97	36,89
	I08 - Taxa de solução (%)	119,08	116,64	106,66

	I13 - Taxa de execução (%)	242,34	280,31	271,33
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	35,95	37,23	40,58
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	49,68	47,53	49,98
	I11 - Produtividade por servidor	283,45	282,91	243,55
	I12 - Pendentes por servidor	214,18	210,36	204,09
Meso	Acervo	0,47	0,49	0,47
	Celeridade	0,44	0,44	0,46
	Produtividade	0,47	0,49	0,50
	Congestionamento processual	0,52	0,51	0,54
	Força de trabalho	0,43	0,43	0,44
Macro	IGEST	0,4655	0,4705	0,4802
	Posição IGEST	104	99	112
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.784.684,39	R\$253.215,83

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor a Portaria 1/2015, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes, advogados e terceiros interessados por meio de telefone.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 3 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) continuados os esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

5) utilizadas como ferramenta complementar de gestão da Secretaria os relatórios gerenciais existentes no PJe;

6) envidados esforços para o cumprimento da Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, que não foram atingidas em 2019;

7) observada a obrigatoriedade de que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, nos termos do artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020;

8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020, quanto ao atendimento por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do *jus postulandi*, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

9) observados os termos do art. 23 da Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, DE 27 DE JANEIRO DE 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos na referida Resolução (capítulo II, artigos 5º ao 7º), certificando a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado definitivamente. Para tanto, até a efetiva liberação do sistema garimpo, as varas do trabalho poderão consultar a existência de saldo pelos sistemas dos bancos já disponíveis, quais sejam: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A **Corregedoria Regional** verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 119,72% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 94,61%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,82%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,35% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste

Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 49,70% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 130,56%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 13-7-2020, o percentual alcançado foi de 110,12% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 301 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 181,54%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o tempo médio alcançado foi de 322 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 180 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao artigo 2º, onde “satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor”. Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 17h40min do dia vinte e cinco de agosto de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 96/2020, publicado no DJe 14-8-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.10.22 18:23:39 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.10.22 16:26:10 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria